

DENUNCIA!

PARTICIPA NA CAMPANHA EM CURSO DÁ VOZ AOS TEUS PROBLEMAS E LUTA!

São inúmeros os problemas que cada vez mais sentimos no nosso sector. Desde os mais gerais, como os baixos salários, os vínculos precários ou os horários desregulados, até aos mais concretos, como a falta de condições nos nossos locais de trabalho, as cargas de trabalho inadequadas entre muitos outros.

Todas estas são, isoladamente, razões suficientes para o nosso descontentamento visto que somos nós - os trabalhadores - que sofremos na pele as suas consequências no dia-a-dia. Mas, como se não bastasse, a consecutiva publicação dos lucros das empresas no nosso sector levanta uma pergunta muito mais profunda e inquietante: **Como é que um sector que arrecada tantos milhões mantém a sua força de trabalho em condições tão precárias?**

Um trabalhador que não reclama, que não luta, é um trabalhador conformado aos olhos da empresa.

Denúncia! A comissão de jovens

da FECTRANS está a recolher testemunhos anónimos de problemas sentidos pelos trabalhadores. **Após a recolha vamos afixa-los junto às portas das empresas e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.**

Contacta o teu sindicato!

Contacta-nos nas redes sociais da FECTRANS!



PRIVADO, TIRA A MÃO DO SERVIÇO PÚBLICO!

A proposta de Orçamento do Estado para 2025, apresentada pelo governo, fragiliza a prestação pública em áreas como o SNS, a Escola Pública, a Protecção Social, os Transportes e Comunicações, a Administração Local e Regional, a Cultura, a Justiça e a Habitação, **privilegiando o sector privado e abrindo caminho para transformar direitos sociais dos trabalhadores em oportunidades de negócio** para os grupos económicos e financeiros.

NA CARRIS

No decurso da decisão da CML de transferir 4 milhões de euros, provisionados para o investimento na Carris, para o Web Summit, **o STRUP exigiu que a CML não se pode demitir da necessária e urgente valorização dos salários dos trabalhadores e da evolução para a consagração das 35 horas semanais. Isto não se faz sem o investimento, de que estes 4 milhões devem ser uma parte.**

NA CP

A CP é um pilar fundamental para a mobilidade no nosso país, não só contribuindo para a economia, mas também para a coesão social. A criação do Passe Verde representa uma importante oportunidade para incentivar o uso dos transportes coletivos,

diminuindo a pegada de carbono e protegendo o meio ambiente. **No entanto, enquanto o Passe Verde pode trazer benefícios para a população, a falta de um apoio sério por parte do Estado pode enfraquecer a própria empresa, prejudicando as populações e facilitando o caminho para a sua privatização.** Não podemos permitir que o futuro da CP, e com ele da mobilidade de todos, seja comprometido.



NA RTP

A RTP vive desde há muitos anos um subfinanciamento crónico. As carreiras e salários foram congeladas no tempo da troika, e nos últimos anos a

empresa, pela pressão exercida pelos sindicatos, tem regularizado as situações pendentes mesmo que de forma lenta, e restrita, por razões financeiras. As contas da empresa, nos últimos 14 anos, têm estado com balanço positivo. O corte agora anunciado pelo atual governo retira às receitas da empresa uma verba que tem rondado os 18 a 21 milhões. Sem esta verba, do ponto de vista laboral será difícil manter a trajetória de regularização das carreiras e atualizar o valor salarial. **Este corte poderá comprometer o serviço e até postos de trabalho, além de por em causa a regularização de vínculos precários.** Sem esta verba, a médio prazo é a própria empresa que estará em risco.

Pelos salários e os serviços públicos, junta-te à concentração no dia 29!

CONTRATAÇÃO COLECTIVA? O QUE É?

A Contratação Colectiva é um direito conquistado através da luta dos trabalhadores após o 25 de Abril de 1974. Este direito permite a negociação colectiva dos contratos de trabalho entre sindicatos, representantes dos interesses dos trabalhadores, e associações patronais.

A Contratação Colectiva assegura vários aspectos de grande importância como o valor dos salários e a sua progressão, as carreiras, os horários e até o número de dias de férias e como é feito o pagamento do trabalho extraordinário, entre outros.

Válidos até à sua renegociação ou revalidação, em 2003, por acção do então governo PSD/CDS-PP foi imposto o regime da caducidade que **permite os patrões interromper as negociações e acabar com a contratação colectiva de forma unilateral.**

Esta alteração prejudica e muito quem trabalha, pois permite também que se abram portas a retrocessos e ataques às condições de trabalho dos trabalhadores. Prova disso são a crescente desvalorização dos salários, a perda do poder de compra e a degradação e desregulação dos tempos de

trabalho.

Mas não há inevitabilidades! Organizados nos sindicatos da FECTRANS/CGTP-IN estamos em melhores condições de resistir e lutar pelo fim da caducidade da CCT e reposta a norma do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador!

